



“E que o apartheid se destrua”: uma proposta de Ensino de História a partir de sambas-enredo

Vânia Cristina da Silva¹

Luiz Mário Dantas Burity²

Resumo:

Diante da necessidade de discutir o racismo na escola pública brasileira, o objetivo desse texto foi propor uma abordagem para os sambas-enredo: Liberdade! Liberdade! Abra as asas sobre nós e Kizomba! A festa da raça, nas aulas de História que considerem os discursos da miscigenação, escravismo e racismo, visando desconstruir o mito da democracia racial que ainda sobrevive no senso comum. A partir das considerações desenvolvidas na historiografia acerca do uso das músicas e das festas como fontes da pesquisa, o discurso desses sambas-enredo foram analisados em relação ao seu contexto de produção: o carnaval carioca.

Palavras-chave: Ensino de História; Racismo; Sambas-enredo.

Abstract:

Seeing the necessity of discussing racism in Brazilian public schools, the objective of this text was to propose an approach to use samba lyrics: Liberty! Liberty! Spread your wings over us and Kizomba! The race party, in history classes that consider the discourses of race mixing, slavery, and racism, seeking to deconstruct the myth of racial democracy that still persists in common sense. Seeing the developed observations concerning the use of the music and the parties as sources of research the discourse of these samba lyrics were analyzed in relation to its context of production: the carnival of Rio de Janeiro.

Keywords: Teaching History; Slavery; Samba lyrics.

Introdução

Durante a realização das atividades práticas de estágio docente, do qual esse texto é produto, uma aula sobre a história das relações de trabalho no Brasil foi alvo de discussões entre estudantes, professora e estagiário, que se estenderam para além do tema proposto. Com

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: vaniac_historia@hotmail.com

² Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: marioburity@hotmail.com



uma narrativa que teve por objetivo expor as relações de dominação que estiveram presentes na "sociedade brasileira"³ desde o período colonial, a professora constituiu uma abordagem para as relações sociais no século XX, considerando a permanência de certos marcadores sociais da diferença, instituídos, ainda, segundo uma lógica hierarquizada, herdeira dos tempos da escravidão.

Intimamente tomados por uma ordem de pensamento constante no senso comum, os estudantes questionaram de forma veemente a posição da segregação racial que a professora os apresentara. Tomando-as por razoável, branda, quando não inexistente, essa relação hierárquica que confere poder aos sujeitos a partir dos atributos de uma identidade étnica, parecia seguir um caminho secundário no discurso desses interlocutores.

O problema se tornou especialmente grave quando ponderada a posição que aqueles mesmos aprendizes ocupavam na conformação racial então em debate. Situada majoritariamente por pessoas negras e de baixa renda, em uma modalidade de educação para jovens e adultos (EJA), o conflito em análise pareceu incorporar um descompasso cuja aproximação explica, em certo sentido, a fórmula através da qual o racismo permaneceu velado no Brasil. Ao desconsiderar as reflexões acerca de sua condição racial, esses sujeitos denunciam como é cruel a posição que a indústria cultural confere às culturas não brancas. Ficam, assim, tomados por uma margem dos miscigenados, incorporados pelo discurso da civilização que lhes conferiu o caminho do meio: quando é de interesse do *establishment* sua posição de cidadão livre confere uma venda aos olhos da justiça, mas diante de situações cotidianas, fechadas pela lógica do livre-comércio, as desigualdades de condições se mostram imperativas e represam os sujeitos ainda na porta de qualquer propósito de mobilidade social. É, então, que o racismo se desvela em suas múltiplas faces ao desfavor de tais indivíduos.

Tendo esses aprendizes em mãos, uma ação imediata de intervenção nos pareceu necessária, desde que comportasse em sua esteira outro sentido para o passado. A urgência de um discurso que conferisse valor à cultura negra, ao passo que explicasse o processo histórico de desvalorização e de luta que essa envolve, parecia tomar corpo àquele momento. Associando os elementos disponíveis – a formulação preconceituosa de uma indústria cultural, a luta dos negros pela liberdade, a permanência social do racismo, o poder de

³A identidade brasileira foi forjada no século XIX. Ao tratar de temas que envolveram essa pretensa sociedade brasileira em tempos de colônia, ou em espaços onde os sujeitos ainda não se percebiam como tal ainda no século XX, deve-se problematizar o uso do termo, compreendendo-o sempre entre aspas e diante das posições historiográficas que situam a sua construção, *vide* Lilia Schwarcz (1993). Também, a percepção da unidade social implícita no substantivo dessa forma adjetivado deve ser explorada em todos os seus significados. Ao longo desse texto, outras aproximações dos problemas que envolvem essa construção foram discutidos.



resistência que a cultura negra comporta – foram escolhidas para serem trabalhadas na aula, duas narrativas acerca da história da abolição da escravidão e da proclamação da república brasileira, que divergem em relação aos signos e abordagens que apresentam.

A primeira delas foi o samba-enredo campeão do grupo especial de escolas de samba do Rio de Janeiro, no ano de 1989, centenário da Proclamação da República, que se intitulou *Liberdade! Liberdade! Abra as asas sobre nós*, do Grupo Recreativo de Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense e que apresentava uma versão da história eleita por autores tradicionais, firmada por homens comprometidos com o elogio da colonização⁴ para os anos finais do período imperial.

Em contraposição a esse discurso, estava o samba-enredo *Kizomba! A Festa da Raça*, do Grupo Recreativo de Escola de Samba Vila Isabel, campeão no grupo especial de escolas de samba do Rio de Janeiro um ano antes, em 1988, centenário da abolição da escravidão no Brasil, e que sofreu uma forte influência do movimento negro, descrevendo os eventos do biênio 1888 e 1889, conferindo marcos simbólicos ricos à cultura negra, como a luta pelo fim do racismo e a afirmação da identidade afrodescendente.

Marcado por esses novos conceitos, foi necessário constituir com os estudantes um novo sentido para a sua presença no passado nacional. Tomando de referência as posturas elevadas por Eric Hobsbawm (1998[1994]) acerca do conhecimento histórico, é preciso compreender como cada atitude adotada para o presente envolve certo agenciamento da experiência social, cabendo ao professor de História oferecer as ferramentas essenciais para que indivíduo e sociedade construam o seu futuro:

Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem se converter em fábricas de bombas, como os seminários, nos quais o IRA aprendeu a transformar fertilizantes químicos em explosivos (HOBSBAWM, 1998[1994], p.21).

Destituídos do sentido para o passado que lhes era conhecido, os educandos tiveram de reorientar os seus horizontes de possibilidades diante das novas formulações acerca da posição dos negros, índios, brancos e demais conformações "raciais"⁵ constantes à realidade social brasileira.

⁴Termo discutido por José Carlos Reis (2007[1999]) em sua análise da obra historiográfica de Varnhagen e Gilberto Freyre.

⁵A espécie humana não comporta em sua forma biológica separações raciais. Mas a partir do momento em que esse conceito se tornou um marcador social da diferença, ele precisa ser compreendido como tal. Nesse intento, não há como fugir, diante da formação cultural brasileira, da dimensão eminentemente inflamável que envolveu essa relação: disposto isso, existem raças sociais, *vide* Lilia Schwarcz (1998b).



Liberdade! Liberdade! Abra as asas sobre nós

Em 1989, em razão do centenário da Proclamação da República no Brasil, a Imperatriz Leopoldinense desfilou a liberdade que teria tomado conta do país com a queda da monarquia. Àquela ocasião, o samba-enredo que se tornou um clássico na história brasileira refletiu a trajetória de três heróis nacionais e, em sequência disso, foi campeão do grupo especial de escolas de samba do Rio de Janeiro.

Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós
E que a voz da igualdade
Seja sempre a nossa voz, mas eu digo que vem
Vem, vem reviver comigo amor
O centenário em poesia
Nesta pátria mãe querida
O império decadente, muito rico incoerente
Era fidalguia e por isso que surgem

Surgem os tamborins, vem emoção
A bateria vem no pique da canção
E a nobreza enfeita o luxo do salão,

Vem viver o sonho que sonhei
Ao longe faz-se ouvir
Tem verde e branco por aí
Brilhando na Sapucaí

Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós
E que a voz da igualdade
Seja sempre a nossa voz

Esqueceremos do patrono, o duque imortal
A imigração floriu, de cultura o Brasil
A música encanta, e o povo canta assim e da princesa
Pra Isabel a heroína, que assinou a lei divina
Negro dançou, comemorou, o fim da sina
Na noite quinze e reluzente
Com a bravura, finalmente
O Marechal que proclamou foi presidente
(G.R.E.S. IMPERATRIZ LEOPOLDINENSE, 1989).

Os dois primeiros versos do samba-enredo em questão fizeram alusão ao pouco famoso hino republicano que, a desgosto do marechal Deodoro da Fonseca, não se tornou hino nacional, como era pretendido pelos autores do concurso que o elegeram como tal. Dispondo da liberdade que a república prometera, o hino discutira questões importantes para a



legitimidade do novo regime, a exemplo do passado escravocrata nacional: "Nós nem cremos que escravos outrora/Tenha havido em tão nobre país." (BRASIL, 1890).

Ao que parece, a fraca memória dos compositores do referido hino, os senhores Medeiros de Albuquerque e Leopoldo Miguez, parece também ter servido de inspiração aos escritores da letra do samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense. Em expressões como "Surgem os tamborins, vem emoção/A bateria bem no pique da canção/E a nobreza enfeita o luxo do salão" os autores desconsideraram as longas cenas de violência que marcaram as relações de escravizados e senhores situadas no período colonial e imperial, mas que também se estenderam para a república nascente enquanto memória histórica.

Essa narrativa da história do Brasil nos anos finais do século XIX representa, ainda e sobretudo, uma posição política: comemorava-se o centenário da Proclamação da República em tempos da redemocratização brasileira que sequenciou as duas décadas de ditadura civil-militar. Nesse sentido, a evocação dos três heróis em questão não é em nada desprezível: apesar de ter se tornado no período republicano um símbolo importante para a resistência negra, representando o monarquismo junto à imagem de seu pai, a princesa Isabel também foi reorientada enquanto um mito republicano e branco para a narrativa em questão. Mas o que chama atenção de fato é a eleição dos outros dois sujeitos, se o marechal Deodoro da Fonseca é um nome esperado, mas que marca a "necessária" presença dos militares na política brasileira, o duque de Caxias representou o ápice desse mesmo processo, legitimando a postura do exército para a segurança nacional e invocando a memória da guerra do Paraguai, evento fundador dessa instituição. Como mitos de fundação, essas memórias agenciaram uma disputa viva de poder que guiava o processo da reabertura política.

Envolvida por essa plataforma, a história dos anos finais do império brasileiro excluiu a participação de muitos outros segmentos sociais que agiram politicamente na construção do regime republicano. Tomada antes enquanto conflito de interesses do que enquanto benevolência da princesa regente, esse momento precisa ter a cara que todos esses grupos lhe conferiram e não apenas a superfície do processo político, que os historiadores tradicionais trataram de isolar.

Essa superfície, em certo sentido, é o que remove qualquer ligação identitária desses homens e mulheres, que não têm ascendência nobre e que estão nas salas de aula, para com o processo histórico em questão. É preciso destituí-la do ponto magnânimo para lhe conferir o tom das disputas cotidianas que a comportam. Afinal, é o presente que faz a história e a História. O processo é sempre um resultado do momento que só depois vira passado e a



disciplina é composta por interesses do instante que interferem na experiência em busca de um futuro distinto.

Em suas últimas duas décadas de governo, o imperador assistira a decadência do seu poder político e simbólico. Lilia Schwarcz (1998a) fez representar um homem marcado pela sua idade avançada que exibia a humanidade de um imperador cuja figura fora construída tal qual a de um deus. Esse era o fim da eficiência de um regime que, também, na situação dos escravizados, se fazia insustentável. Vitor Izecksohn (2009) descreveu a guerra do Paraguai, considerando o recrutamento forçado dos escravizados pelos seus senhores, como o epicentro de uma discussão que marcaria a década de 1870. Àquele momento, o abandono dessa população que voltara da guerra recém-liberta apontava para o destino trágico desses “voluntários da pátria”, envolvendo em si um movimento abolicionista e um movimento republicanista muito mais firme que se consolidou nas instituições brasileiras a partir de então.

Mas a historiografia mais recente tem pontuado uma ação ainda mais significativa dos negros na construção do processo político que levou o império e a economia escravocrata à ruína. Maria Helena Machado (2009) analisou o crescimento significativo dos temas que envolveram a abolição da escravatura a partir da década de 1880 e João José Reis (2000) narrou exaustivamente os inúmeros casos de resistência de escravizados que se espalharam pelo interior de São Paulo, sobretudo nos cafezais que margeavam o rio Paraíba. Essas dissidências se tornaram inconvenientes tão constantes para a economia local que a abolição se tornara, em certa medida, uma saída necessária também para esses senhores. Diante desse contexto, conferir tamanha autoridade à princesa regente constituiu uma ação leviana, ou nas palavras de Lilia Schwarcz (1998a):

[...] sem entrar nos meandros desse processo complexo, parece suficiente dizer que para Isabel e seus conselheiros a única saída era se antecipar ao inevitável, mesmo porque a abolição já se realizava à revelia dos governantes, por iniciativas particulares e dos próprios escravos (SCHWARCZ, 1998, p.437).

Para além do cenário apresentado, outra questão parece latente no samba-enredo então em discussão. A forma suave com a qual essa narrativa incorporou as relações raciais no Brasil, tal qual um convite que os nobres teriam conferido aos mais pobres, é em tudo muito perigosa. Primeiro, porque ela sugere uma harmonia entre senhores e escravizados que não correspondeu à realidade. Essa proposição assumiu um discurso vencedor acerca das relações raciais no Brasil: nele foi retomada a suavidade dos tempos da colônia que Gilberto Freyre



inscreveu em *Casa Grande & Senzala* (2006[1933]), mas que toma os negros e índios de uma forma alegórica, como se aguardassem a graça do europeu bondoso que lhes oferecesse o caminho da civilização.

Tal qual estão postas, as "conquistas populares" foram absorvidas pela identidade brasileira como produto da bondade da elite e do exército, fortalecendo um sentimento nacional em torno de uma cultura branca e tomando-a como produto da ação dos governantes, mantidas hereditariamente no poder a partir de uma imagem de herói que não corresponde à realidade. Enfim, no samba-enredo em questão a história das desigualdades raciais no Brasil teriam acabado aí, se é que algum dia tivessem existido. Finalmente, com a conquista da liberdade teriam podido esses homens e mulheres negras gozar de plena igualdade de direitos.

Mas não foi essa a condição social através da qual se instaurou o Brasil republicano. No vale do rio Paraíba, bem como em outras regiões do país, a mão de obra negra foi rapidamente substituída por imigrantes europeus. Jogados à própria sorte nas cidades que se inchavam, restou a essas pessoas a margem dos espaços urbanos que se faziam modernos. Tinha início a ocupação de cortiços e favelas, sem contar os demais espaços onde as relações servis continuaram a imperar, como na marinha brasileira, cujos maus tratos, como os castigos de chibata, foram razão de inúmeras revoltas.

A partir dessas experiências, coube ao povo negro escrever a sua própria história na direção das resistências. Tomadas no cotidiano por situações diversas que insistiram em agir contra si a despeito de sua cor e dos seus costumes. É por essa razão que não há como dissociar nesse país as questões de cunho social do entorno da raça, visto que a origem comum desses problemas ainda perpassa a consciência coletiva e que só com muito diálogo e com muito debate pode deixar de ocupar tamanha posição.

Nesse intento, José Murilo de Carvalho (1987) discutiu como a alfabetização foi utilizada pelas elites brasileiras para reconfigurar as hierarquias institucionais em tempos republicanos. A cidadania ficou represada a título dessa escolaridade que poucos tinham, fazendo de quem já mandava no Brasil imperial, mandante do Brasil republicano. Conforme Alba Zaluar (1998, p.317), o fim da escravidão jamais extinguiu as profundas desigualdades que permitiriam a liberdade que a sua cidadania deveria assegurar: "[...] a privação não é apenas de bens materiais, até porque muitos deles têm mais valor simbólico do que necessidade para sobrevivência física". Assaltado pelo racismo, todo esse valor simbólico foi duramente combatido durante a história da república brasileira. A principal marca desse fenômeno foi uma batalha velada, sem *front* definido, tomado por combatentes que não



conheciam as suas dimensões, uma batalha simbólica marcada por uma indústria cultural nascente que insistia em desqualificar qualquer valor da ascendência africana que pairava sobre a história nacional.

Essa cultura negra, portanto, tão disposta para a luta em relação a todo o período aqui tratado, seguiu para o samba-enredo em questão tal qual: "[...] negro dançou, comemorou, o fim da sina". Essa forma de compreendê-la também foi, em si, preconceituosa. Segundo ela, a influência do continente africano para a cultura nacional seria a comemoração, destituída do seu sentido político maior de resistência. Caberia ao negro, quase que exclusivamente, ensinar o branco a dançar, cantar e tocar, devidamente disciplinados nesse espaço. Restava uma imagem para o negro de "preguiçoso", tomada como reflexo dessa cultura de fim de semana, ou bem qualificada para o carnaval.

A consciência das distorções que uma narrativa desse tipo impõe à cultura negra é profundamente libertadora para os estudantes brasileiros, sobretudo para os estudantes negros e de baixa renda, que comportam em suas experiências aspectos dessa cultura. Tendo ciência do que a indústria cultural empreende contra si é mais fácil instituir a sua defesa, resistir ao seu critério dominante. Mas para isso é necessário que o professor de história reafirme a todo instante que é preciso falar sobre a raça, sobre a sua inexistência biológica e consequente construção social, sobre os imperativos hierárquicos que esse conceito aportou na história brasileira. É preciso, enfim, destituí-lo do ostracismo para que venham à tona as profundas diferenças que esse tipo de discurso empreende.

Kizomba! A festa da raça

No último quartel do século XX o movimento negro tomou uma força que instituiu um espaço significativo no cenário político nacional. Conforme Verena Alberti e Alberto Amilcar Pereira (2007), a principal bandeira do movimento negro brasileiro foi a denúncia do racismo e, articulada a isso, a afirmação da identidade afrodescendente. Em meio a esse processo, o sentido do passado instituído oficialmente foi questionado, os militantes negros apontaram a pouca representatividade que a narrativa comumente empreendida para a história do Brasil oferecia à população negra desse país. Questionava-se o dia 13 de maio como memória maior de sua liberdade e a posição de heroína da princesa Isabel, denunciando a farsa do evento que os associara, que jamais aboliram a violência para com o povo negro, instituída no racismo que perfez a história republicana.



Diante do centenário da abolição da escravatura, o movimento negro, mais uma vez, recordou a farsa que esse momento político instituía. No lugar do discurso oficial o movimento negro tratou de institucionalizar a memória do quilombo de Palmares e de seu líder, pontuando a data da morte de Zumbi, 20 de novembro, como o dia da Consciência Negra. Naquele ano, toda essa representação teve palco no carnaval carioca, conferindo à Vila Isabel a vitória como melhor samba-enredo no grupo especial de escolas de samba do Rio de Janeiro, intitulada: *Kizomba! A festa da raça*.

Valeu Zumbi!
O grito forte dos Palmares
Que correu terras, céus e mares
Influenciando a abolição

Zumbi valeu!
Hoje a Vila é Kizomba
É batuque, canto e dança
Jongo e maracatu

Vem menininha pra dançar o caxambu (bis)

Ôô, ôô, Nega Mina
Anastácia não se deixou escravizar
Ôô, ôô Clementina
O pagode é o partido popular

Sacerdote ergue a taça
Convocando toda a massa
Neste evento que congreaça
Gente de todas as raças
Numa mesma emoção

Esta Kizomba é nossa Constituição (bis)

Que magia
Reza, ajeum e orixás
Tem a força da cultura
Tem a arte e a bravura
E um bom jogo de cintura
Faz valer seus ideais
E a beleza pura dos
seus rituais

Vem a Lua de Luanda
Para iluminar a rua (bis)
Nossa cede é nossa sede
e que o "apartheid" se destrua

Valeu!
(G.R.E.S. VILA ISABEL, 1988)



A descrição de um herói marcado pela resistência negra desde o início do samba-enredo deu o tom da narrativa construída em torno de um sentido político maior. Se o grito de Zumbi saiu de Palmares e "correu terras, céus e mares" chegando até a abolição, fez isso por meio de um canal forte de influências cujo sentido maior seria a liberdade. Esse canal, como fica marcado em outros momentos do texto, é a cultura negra, margeada pela dança, pelo jogo de cintura e pelos rituais.

Ao contrário do samba-enredo anterior essa segunda narrativa compreendeu a cultura como um ponto de resistência, e os negros, bem como a "gente de todas as raças", como sujeitos ativos, que construíram a sua própria história, principalmente quando o assunto foi a sua liberdade. Mas a história em questão diz mais do que isso, ela não marca os heróis como indivíduos intocáveis, mas como pessoas comuns, tais quais Anastácia e Clementina, que no curso do seu cotidiano lutaram por um mundo melhor, por um mundo inscrito na ação coletiva.

Outros termos do samba-enredo em questão chamam a atenção do ouvinte. Palavras como cede, partido e instituição explicam que a filiação política desses homens e mulheres marcou uma identidade e conseqüente organização social constituída à parte do Estado Nação, que os desconsiderou. Tomados por seu partido, os negros constituíram sua resistência com muito mais força. Enfim, as religiões afro-brasileiras aparecem como o grande símbolo, responsável por uma presença maior que guiaria o caminho de todos, tal qual a "Lua de Luanda". Assim sendo, a música conclui uma afirmativa fundamental: o *Apartheid* que a escravidão instituiu não acabou, ele sobrevive nas entrelinhas de um sistema cruel, marcado pelo racismo, e precisa ser combatido todos os dias com a mesma força com a qual os antepassados o entoaram.

Do samba-enredo à passarela: possíveis leituras do carnaval carioca

De acordo com Eric Hobsbawm (1998[1970]), cada sociedade costuma estabelecer um termômetro para o sentido que confere ao seu passado. O resultado dessa lógica esbarra nas atitudes de indivíduos e coletividades, e, diante disso, equaciona o processo que constrói o seu futuro. Para alguns grupos a regra é a permanência, funcionando como um espelho ou um guia de como os seres humanos devem instituir as suas experiências, para outros a regra é a mudança, e o passado serve de mau exemplo. Em geral, essas duas margens elaboram uma régua, diante da qual as sociedades se posicionam.



Assim sendo, é possível compreender duas atitudes sugeridas para a população negra na fronteira apresentada anteriormente. Se o samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense sugere a permanência em todos os seus termos, sua mensagem é clara: que deixassem a história seguir o seu curso que os brancos a fariam justa. Por outro lado, o samba-enredo da Vila Isabel se prendeu diante de outro coeficiente: se a permanência esteve presente à ação política dos negros e à continuidade da questão racial no Brasil, a mudança se estabeleceu enquanto objetivo. A finalidade, portanto, seria mudar tudo, destruir o racismo. A mudança se fez, assim, enquanto a marca principal dos dominados, que deveriam cambiar a sua sobrevivência para a reação a qualquer condição de colonizado.

Avançando das letras para os cenários, os sambas-enredo foram desfilados na avenida margeados por duas arquibancadas de proporções gigantescas montadas para dar público a uma indústria cultural, que também pelas televisões se apropriou do evento montado. A arte seguiu, portanto, a serviço do capitalismo, apresentando marcas de cerveja e atualizando o nome de artistas da grande mídia. Nesse sentido, Elio Chaves Flores (2007) atualizou o conceito de cultura histórica, mostrando como todo o universo contornado pelo carnaval incorporou uma determinada forma de perceber o passado e que interfere profundamente na forma como cada sujeito reage diante da experiência.

Durante o período imperial, a identidade nacional brasileira foi construída por um grupo de intelectuais em torno do mito das três raças. O problema, mais uma vez, não estava no prognóstico em questão, mas no modo como o mesmo foi concebido. Segundo Karl Phillipp Von Martius (1842, p.408), "[...] jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil essa mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica".

Com o advento da república no Brasil, essa hierarquia racial já não tinha força suficiente para legitimar o poder das elites brasileiras, afinal, após a abolição da escravidão, a posição dos negros na sociedade precisou ser resignificada. Nesse instante, grupos de intelectuais voltaram a pensar: afinal, o que faz do Brasil o Brasil? A resposta vitoriosa teve vez na década de 1930 quando o país assumiu o discurso da democracia racial. Nesse momento,

[...] o que era mestiço torna-se nacional, formato consequente do processo de troca cultural desigual entre negros, índios e brancos, ao mesmo tempo em que coerentemente se postula a democracia racial em nome da formação de uma identidade nacional e da modernização do Brasil" (LEWANDOWSKI; HAJ MUSSI, 2006, p.9).



Entre os anos 1930 e 1940, portanto, os ritos afro-brasileiros foram incorporados nas festividades oficiais do Estado. Mas essa oficialidade modificou a estrutura do discurso presente na cultura negra, como ficou evidente com a obrigatoriedade da ala das baianas e com a proibição de instrumentos de sopro nos desfiles carnavalescos, tais quais haviam sido propostos pelo jornal "O Globo". Danilo Alves Bezerra (2011) acrescenta, ainda, que esse foi um processo guiado pela imprensa carioca, que disputava com a cidade de São Paulo a proposição dos ideais modernistas.

Esse processo de oficialização ascendeu com o passar dos dias. A partir da década de 1960 ocorreu o chamado "mercado de bens simbólicos" no país. Nesse caminho, foi com a década de 1980 que o carnaval carioca, guiado pela mídia, atingiu o seu auge:

Emissoras de rádio e televisão começaram a ganhar muito dinheiro transmitindo os desfiles sem pagar nada às escolas e agências de turismo vendiam pacotes para brasileiros e estrangeiros incluindo ingressos para os tumultuados desfiles das escolas (LEWANDOWSKI; HAJ MUSSI, 2006, p.11).

A compreensão do cenário no qual o samba-enredo se encenou comporta uma ambivalência essencial para o processo em questão: esse exercício envolve, portanto, duas margens. A primeira delas é a dimensão "folclórica" que o carnaval apreende. O ritual, que guardou por muitos séculos uma lógica de festa pagã, foi tomado no Brasil do século XX por uma dimensão completamente diversa da primeira. Corporificada por elementos da cultura africana, mas apropriada pela indústria cultural, essa festividade assumiu o caráter de um evento que, sob o título popular, tomou um espaço específico no calendário nacional.

A cultura popular e o folclore, sinônimos para o cenário em questão, foram títulos criados por uma elite que se auto intitulou erudita no final do século XVIII para estabelecer um novo critério de classificação social: a dita ilustração. Tomando isso por referência é preciso perceber como reiteradamente esses sujeitos eruditos trataram de conceder um espaço para essa cultura do povo em seus calendários, a contrapartida seriam os limites que essa elite concedia a ela, livres de qualquer sentido político, limitado a momentos específicos de comemoração, submetidos às suas agências de controle.

Limitada pelo espaço carnavalesco, a cultura afro-brasileira deveria seguir uma agenda em tudo muito problemática. A leitura possível para o evento que se tornou o carnaval carioca reside nas segregações que existem no interior do Sambódromo. Nas arquibancadas, uma elite majoritariamente branca, que chegou àquele espaço por meio de ingressos caríssimos ou



convites cuja circulação ficou limitada a círculos restritos de sobrenomes, assistia aos negros desfilar nas passarelas, invertendo por quatro dias a ordem tradicional das coisas, quando os atores principais das manchetes dos jornais eram os outros. Fechados em figuras como a mulata e o malandro os negros ficariam represados na comemoração.

Mas é preciso ultrapassar os sentidos que a arquibancada confere ao carnaval para que seja possível empreender uma análise mais precisa de que jogo de forças está se falando. Diz-se jogo de forças porque as festividades espelham um *front* de batalhas, travadas no campo das significações. Conforme alertou Émile Durkheim (1996[1912]), as festas e as religiões fortificam o espírito que se encontra, na maioria das vezes, fatigado devido ao dia-a-dia e ao desgaste do trabalho cotidiano. É ali, naquele momento, que "[...] os indivíduos têm acesso a uma vida menos tensa, mais livre, a um mundo onde sua imaginação está mais à vontade" (AMARAL, 1998, p.28).

De acordo com Rita de Cássia Amaral (1998), vários autores defenderam a noção da festa como propiciadora da ordem ou negação dela, mas somente Jean Duvignaud (1983), radicalizou nessa perspectiva, percebendo a festividade não como "[...] uma tentativa de regeneração ou afirmação da ordem social vigente, mas a ruptura, a anarquia total e o poder subversivo, negador, da festa" (AMARAL, 1998, p.31). Ainda nesse sentido, Roberto DaMatta (1997[1979]) definiu as implicações sociais das festividades. Para ele, durante as festas ou um ritual nacional:

[...] toda a sociedade deve estar orientada para o evento centralizador daquela ocasião, com a coletividade "parando" ou murando radicalmente suas atividades. Um sinal típico dessa centralização e consequente sincronia de atividades é que os rituais nacionais implicam sempre um abandono ou "esquecimento" do trabalho, seus dias sendo feriados nacionais. (DAMATTA, 1997[1979], p.46).

No entanto, é Lilia Schwarcz (2001, p.15) quem oferece a análise mais adequada para a percepção do momento histórico em questão. Para a autora, a festa é uma pausa para (co)memorar, gravar na memória coletiva, fatos e datas importantes. Ao estudar esses eventos culturais nos períodos colonial e imperial, a autora afirma que "[...] as festas deveriam ser grandiosas e memoráveis, no sentido de fazer guardar na memória tempos diferentes e ritos desiguais em seu passado". Não fosse isso, "[...] não entenderíamos esse *ethos* da festa, as festas barrocas, as festas do Império e outras tantas festas que interrompem o dia-a-dia para imprimir, com seu porte majestoso, certa oficialidade" (SCHWARCZ, 2001, p.15).

Assumindo essa posição, é possível empreender sobre os dois sambas-enredo uma análise coerente aos espaços que lhes cabiam na construção da história nacional e na história



da consciência negra. Nessa mesma linha, é preciso associar também o lugar que os discentes ocuparam nesses dois universos. O meio no qual tudo isso foi produzido ficou situado, portanto, na identidade dos brasileiros e só assim, também, **pôde** comportar as variáveis da elaboração de uma ação política que está na essência de como as pessoas convivem e sobrevivem ao sistema no qual estão inseridos.

As palavras comportam sentidos aos quais não é possível fugir. Os nomes das duas escolas de samba, bem como de muitas obras que marcaram presença no grupo especial de escolas de samba do Rio de Janeiro, celebraram uma memória que atestou aspectos específicos da história local. Na periferia daquela cidade, a Imperatriz Leopoldinense e a Vila Isabel reafirmaram a memória do império brasileiro, aspecto essencial da identidade carioca, que durante o século XIX foi a Corte do país, mas também lembraram o propósito monarquista que envolveu o movimento negro depois que a república teve vez. Essa particularidade da geografia fluminense envolveu as passarelas, representando mais uma vez o caráter de realidade que a festividade imprime em seu curso.

Assim sendo, é em tudo muito limitado fechar a análise dos sambas-enredo em questão à sequência folclórica que a elite lhe impingiu. Coube à população negra, portanto, conferir outro significado à festa e apropriar o cenário em discussão como uma forma de resistência. As trajetórias que se chocam nas passarelas espelham ainda outras dissidências, as pessoas que ali constituem suas experiências não dançam o folclore e nem a indústria cultural, e são essas trajetórias que conferem a importância do sentido que os sambas-enredo possuíram. Na passarela não são as mulatas e nem os malandros que desfilam, são as pessoas, com suas múltiplas identidades que situam àquele instante uma liberdade dos dias árduos de trabalho para conferir valor à sua cultura.

Considerações Finais

Nos últimos anos, temos observado uma maior atenção às questões relacionadas ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas do país. Após a aprovação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, os debates acerca da necessidade de uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas, que formaram a diversidade cultural brasileira, têm sido mais intensos. No entanto, ainda há uma



grande carência nesse sentido. O presente artigo tentou oferecer uma análise incipiente para o tema em questão.

Ao final da aula, foi possível perceber como os estudantes ressignificaram os sambas-enredo e o contexto cultural do carnaval carioca de formas profundamente diversas. Apesar disso, foi possível notar que duas atitudes, de alguma forma, corporificaram as posições adotadas. A primeira delas ficou espelhada na atenção que os discentes conferiram à discussão proposta, principalmente diante de expressões como: “eu sou negro”. Marcada pelo sentido político presente, sobretudo, na música *Kizomba! A festa da raça*, a identidade negra encontrou um conceito maior do que aquele que era conhecido por esses aprendizes.

A outra atitude observada entre os educandos em questão ficou limitada à forte presença de um saber religioso cristão. Após a discussão travada em sala de aula, com significativa participação discente, comportamentos do tipo: evocação da Santíssima Trindade e expressões como “Deus me livre!” tomaram a cena, rapidamente contornada pela professora. Aspectos como esse ilustram como o Ensino de História, deve, reiteradamente, oferecer ferramentas conceituais que possibilitem aos estudantes reorientar o passado, conferindo ao futuro outro sentido.

Mas se o samba-enredo *Kizomba! A festa da raça* conferiu uma razão política maior para a análise em questão, a canção vitoriosa do carnaval carioca no ano seguinte, *Liberdade! Liberdade! Abra as asas sobre nós* constituiu um arsenal poderoso para compreender como as narrativas podem iludir quanto aos símbolos que exploram. Tomadas em conjunto, as duas letras oferecem um belo cenário, em tudo muito antagônico, mas representativo de um momento histórico importante para o país e situado como presença obrigatória nos debates elevados pela disciplina histórica nas escolas. Afinal, o fim da ditadura civil-militar e as questões que envolvem a raça ainda são os temas mais latentes para a concepção de uma consciência nacional.

Ao contrário do que a historiografia oficial postulou, as leituras do passado não podem desconsiderar a identidade de seus atores. Nesse sentido, outro elemento também surgiu indispensável para a narrativa elaborada com os discentes. O contexto das festas, marcados pela indústria cultural que o caracteriza desde a década de 1980, precisa ser explorado entre Anastácias e Clementinas, que refazem a sua trajetória, longe do sentido que a grande mídia lhes confere, e transformam o *métier* das passarelas em um verdadeiro espetáculo.

Portanto, o papel do professor é de suma importância nesse processo, e, aliado a isso, podemos encontrar na música um caminho para uma aula mais dinâmica e que aproxime os



alunos da realidade vivida por eles. Como salienta Helena Cancela Cattani (2011): “Se o carnaval criou escolas para ensinar samba, por que o samba não pode virar instrumento pedagógico?”

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. O movimento negro contemporâneo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As Esquerdas do Brasil v.3: Revolução e democracia – 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 637-670.

AMARAL, Rita de Cássia M. P. *Festa à brasileira: significados do festejar, no país que “não é sério”*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998. p.28.

BEZERRA, Danilo Alvez. *As Escolas de Samba e a sua oficialização: discursos das décadas de 20 e 30 do século XX*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacionais de História – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

BRASIL. *Hino da Proclamação da República Federativa do Brasil*. 1890. Composição de Medeiros de Albuquerque e Leopoldo Miguez. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v64YLLd-ueA>>. Acessado em: 5 de setembro de 2013.

BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

CATTANI, Helena Cancela. Com personagens e passagens históricas em suas letras, sambas-enredo evoluem nas salas de aula. In: *Revista de História*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/samba-nota-10>> Acesso em: 30 de julho de 2014.

DAMATTA, Roberto. *Carnaval, malandros e heróis: uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.46.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico da Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Tradução de F. L. Raposo Fontanele. Fortaleza: UFCE. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, n.16, p. 83-102, jan./jul. 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª.ed. revista. São Paulo: Global, 2006.



G. R. E. S. IMPERATRIZ LEOPOLDINENSE. *Liberdade! Liberdade! Abra as asas sobre nós!* Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ekln07krQtI>> Acessado em: 5 de setembro de 2013.

G. R. E. S. VILA ISABEL. *Kizomba! A festa da raça.* Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=pYFemPjfcF8> Acessado em: 5 de setembro de 2013.

HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: HOBBSAWM, Eric. *Sobre História.* Tradução de Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998[1970]. p.22-35.

_____. Dentro e fora da história. In: HOBBSAWM, Eric. *Sobre História.* Tradução de Cid Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998[1994]. p.13-21.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.) *O Brasil Imperial v.2: 1831-1870.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.387-424.

LEWANDOWSKI, Andressa; HAJ MUSSI, Daniela X. *A relação entre a indústria cultural brasileira e o desfile das escolas de samba no século XX.* In: Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. São Bernardo do Campo, 9 a 11 de outubro de 2006.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.) *O Brasil Imperial v.3: 1870-1889.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.369-400.

MARTIUS, Karl Phillip Von. Como se deve escrever a história do Brasil, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, tomo 2, 1842.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Conhecimentos de História. In: _____. *Orientações curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas tecnologias.* Brasília: MEC, 2008. p.65.

REIS, João José. “Nos achamos em campo a tratar de liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000).* 2 ed. São Paulo: Senac, 2000. p. 243-262.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil v.1: de Varnhagen a FHC.* 9 ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2007[1999].

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.* São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.437.

_____. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lília (org.) *História da vida privada no Brasil v.4: contrastes da intimidade contemporânea.* São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998, p.173-244.



_____. *O Império em Procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.15.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei do samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) *História da Vida Privada no Brasil v.4: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.317.